



Alexandre Rocha Almeida de Moraes  
Fábio Ianni Goldfinger  
*Coordenadores*

## LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

### VOLUME II

- CONTRAVENÇÕES PENAIS (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941)
- CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS (Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967)
- CRIMES DE PARCELAMENTO DO SOLO (Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979)
- CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986)
- CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990)
- CRIMES DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997)
- ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003)
- CRIMES FALIMENTARES (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005)
- PATRIMÔNIO GENÉTICO (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005)
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006)

Este segundo volume de comentários selecionou uma temática pouco comum nas Faculdades de Direito e no estudo cotidiano: contravenções penais, crimes perfeitos, crimes de parcelamento do solo urbano, crimes contra o sistema financeiro e contra as relações de consumo, estatuto de defesa do torcedor, crimes falimentares, crimes atrelados ao patrimônio genético e a famosa lei “Maria da Penha” são objeto de estudo e discussão pelos renomados autores.

Mais uma vez, as leis penais que fazem parte desse volume foram apresentadas em ordem cronológica, escritas sob a forma de artigos científicos, muito além de simples comentários dos textos em vigor, por profissionais que são referências na academia e em suas atuações profissionais.

#### Área específica

DIREITO PENAL

#### Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL PENAL  
LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE VOLTADA  
À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E SEM ROSTO

#### Público-alvo/consumidores

Alunos e Operadores do Direito

**FORMATO:** 17x24 cm  
**CÓDIGO:** 10003234

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L514	Legislação penal extravagante / coordenado por Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.  390p. ; 17cm x 24cm. – (v. II)]  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-339-9  1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal. 3. Legislação Penal. 4. Crime organizado. I. Moraes, Alexandre Rocha Almeida de. II. Goldfinger, Fábio Ianni. III. Título. IV. Série.
2022-405	CDD: 345 CDU: 343

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):  MORAES, Alexandre Rocha Almeida de; GOLDFINGER, Fábio Ianni (coord.). <i>Legislação penal extravagante</i> : Volume II. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 390p. ISBN 978-65-5518-339-9.
--

# LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

## VOLUME II

Alexandre Rocha Almeida de Moraes

Fábio Ianni Goldfinger

*Coordenadores*

### AUTORES



**Alexandre Rocha Almeida de Moraes**

Promotor de Justiça (MPSP). Mestre e Doutor em Direito Penal (PUC-SP). Professor de Direito Penal. Autor de obras jurídicas, entre as quais *Direito Penal – Parte Geral* (Ed. Fórum).



**Annunziata Alves Iulianello**

Graduada em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Direito pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo.



**Bruno Nazih Nehme Nassar**

Advogado. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Penal pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMP-SP).



**Daniel Magalhães Albuquerque Silva**

Promotor de Justiça do Estado de São Paulo. Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito. Mestre em Direito pela UNIMAR. Professor Universitário e de cursos preparatórios. Ex-Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais.



**Eudes Quintino de Oliveira Júnior**

Pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal (PUC-SP). Pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil (PUC-SP). Mestre em Direito Público pela Universidade de Franca/SP. Doutor e Pós-Doutorado em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto/SP (FAMERP).



**Fábio Ianni Goldfinger**

Promotor de Justiça. Mestrando em Processo Penal pela PUC-SP.



**Fabíola Moran**

Promotora de Justiça. Mestre em Direito Penal PUC-SP.



**José Antonio Aparecido Júnior**

Especialista em Direito Público pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Mestre em Direito do Estado, com concentração em Direito Urbanístico pela PUC-SP. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Procurador do Município de São Paulo. Consultor em Direito Urbanístico. Prestou serviços em projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela International Finance Corporation (IFC). Professor universitário e de escolas superiores e cursos especializados. Membro da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SP e do IBRADIM.



**Maria Carvalho**

Advogada Criminalista. Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal de Rio Grande. Membro Consultora da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB. Membro da Comissão de Direito Penal OAB/PE e Líder do Comitê Jurídico do Grupo Mulheres do Brasil, núcleo Recife-PE.



**Maurício Salvadori**

Promotor de Justiça Criminal em São Paulo. Ex-Promotor de Justiça. Assessor do Centro de Apoio Operacional Criminal. Assessor da Assessoria de Crimes Praticados por Prefeitos da PGJ/SP. Especialista em Direito Penal pela Escola Paulista da Magistratura.



**Tallita Juliana Ramos de Oliveira**

Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Federal de Mato Grosso. Advogada e mediadora judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.



**Tiago Caruso**

Doutorando em Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na modalidade doutorado-sanduíche na Humboldt-Universität zu Berlin. Mestre e Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-graduado em *Compliance* pela Fundação Getulio Vargas (GVLaw). Realizou breve período de pesquisa na Ludwig-Maximilians Universität, em Munique, Alemanha (LMU), durante a realização mestrado. Participou da Escola de Ciências Criminais (CEDPAL) na Georg-August-Universität, em Göttingen, Alemanha (GAU). Assistente docente no Mestrado em Direito e na Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogado atuante principalmente na subárea de Direito Penal Econômico e Empresarial.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger</b>	13
CONTRAVENÇÕES PENAIS – DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	
<b>Daniel Magalhães Albuquerque Silva</b>	15
1 Introdução	15
2 Análise axiológica da Lei de Contravenções Penais brasileira	19
2.1 Parte geral da Lei de Contravenções Penais brasileira	19
2.2 Parte especial da Lei de Contravenções Penais	23
3 Conclusões	30
Referências	31
CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS – COMENTÁRIOS AO DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	
<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Maurício Salvadori</b>	33
1 Introdução histórica	33
2 Tipos penais em espécie	34
2.1 Crimes de alto potencial ofensivo	36
2.2 Crimes de médio potencial ofensivo	39
2.3 Crimes contra as finanças públicas (alterações dadas pela Lei nº 10.028/2000)	55
3 Efeitos da condenação e reparação do dano	56
4 Processo penal nos crimes praticados por prefeitos	58
4.1 Aspectos gerais sobre competência para a apuração de crimes praticados por prefeitos municipais	58
4.2 A competência originária dos tribunais para a apuração de crimes praticados por prefeitos municipais	67
4.3 Da ação penal	73
CRIMES DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS – LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	
<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, José Antonio Aparecido Júnior</b>	81
1 O Brasil urbano e o direito ao desenvolvimento	81
1.1 A Lei de Loteamentos no subsistema jurídico-urbanístico	82
1.2 A instrumentação jurídica do desenvolvimento urbano e a política pública urbanística	83
1.3 Propriedade, função social da propriedade e propriedade urbanística	84
2 Direito Penal Urbanístico	86
2.1 Conceito e espécies de parcelamento do solo	90
2.2 Norma penal em branco: desdobro, arruamento e condomínios	93
2.3 Tipos penais	96
2.3.1 Art. 50, <i>caput</i>	97
2.3.2 Art. 50, parágrafo único	110
2.3.3 Artigo 51	116
2.3.4 Artigo 52	119
3 Questões controvertidas	123
3.1 As penas e institutos despenalizadores	123
3.2 A extinção da punibilidade pela regularização do parcelamento do solo	126
3.3 Aspectos processuais	128
CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO – LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	
<b>Tiago Caruso</b>	129
Introdução	129
1 Contexto: a tutela penal da ordem financeira	130
2 O almejado combate ao crime de “colarinho branco” e a elaboração da Lei nº 7.492/1986	131
3 A lei dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	132
3.1 Particularidades da lei	133
3.1.1 O Sistema Financeiro Nacional e conceito de instituição financeira	133

3.1.2	Delitos financeiros especiais .....	134
3.1.3	Obrigação de reporte e assistência do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários .....	135
3.2	O(s) bem(ns) jurídico(s) penalmente protegido(s) .....	136
3.3	Algumas figuras t�picas problemáticas .....	140
3.3.1	Gestão fraudulenta e temerária (artigo 4� da Lei n� 7.492/1986) .....	140
3.3.2	Apropriação indébita financeira (artigo 5� da Lei n� 7.492/1986) .....	142
3.3.3	Induzimento de sócio, investidor ou repartição competente em erro (artigo 6� da Lei n� 7.492/1986) .....	142
3.3.4	Contabilidade paralela (artigo 11 da Lei n� 7.492/1986) .....	143
3.3.5	Violação de sigilo (artigo 18 da Lei n� 7.492/1986) .....	144
3.3.6	Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior (artigo 22, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei n� 7.492/1986) .....	145
4	Aspectos processuais relevantes .....	146
5	Mandamento constitucional para a responsabilização penal das pessoas jurídicas por atos praticados contra a ordem financeira? .....	147
6	Proteção penal (d)eficiente do sistema financeiro? .....	148
	Conclusões .....	150
	Referências .....	150

CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO – COMENTÁRIOS AOS CRIMES DA  
LEI N  8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

<b>Annunziata Alves Iulianello</b> .....	157	
1	A tutela do consumidor: considerações fundamentais .....	157
1.1	A tutela do consumidor no Brasil .....	160
1.2	Microsistema de proteção e diálogo das fontes .....	162
1.3	A vulnerabilidade do consumidor, a necessidade de proteção especial e de intervens�o estatal .....	164
1.4	O consumo na sociedade pós-moderna .....	167
2	A tutela penal dos bens supraindividuais e a tutela penal das relações de consumo ...	169
2.1	Da evolução da tutela dos interesses individuais aos interesses coletivos .....	169
2.2	Da tutela penal dos interesses supraindividuais .....	172
2.3	Da tutela penal da relação de consumo como tutela de interesses supraindividuais ...	178
3	Comentários aos artigos 61 a 80 do Código de Defesa do Consumidor .....	186
	Referências .....	224

ASPECTOS PENAIS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB) – LEI N  9.503, DE 23 DE  
SETEMBRO DE 1997

<b>Fabiola Moran</b> .....	227	
1	Introdução .....	227
	Referências .....	284

CRIMES DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR – LEI N  10.671, DE 15 DE MAIO DE  
2003

<b>Bruno Nazih Nehme Nassar</b> .....	287	
1	Origem e espírito da tutela jurídica do torcedor .....	287
2	Tipologias .....	290
2.1	Corrupção passiva e ativa no âmbito esportivo (arts. 41-C e 41-D) .....	290
2.2	Fraude esportiva ou estelionato esportivo (art. 41-E) .....	293
2.3	Cambismo e favorecimento ao cambismo (arts. 41-F e 41-G) .....	294
2.4	Tumulto e injusto de posse (art. 41-B) .....	296
2.4.1	Delitos de posse (art. 41-B, �1�, II) .....	299
2.4.2	Art. 41-B, �2� a 5� .....	301
3	O torcedor no manicômio e os rumos da política criminal no esporte .....	303
	Referências .....	306

CRIMES FALIMENTARES – ASPECTOS PENAIS DA LEI N  11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE  
2005

<b>Tallita Juliana Ramos de Oliveira</b> .....	309	
	Introdução e precedentes históricos .....	309
	Crime falimentar no direito comparado .....	310
	Bem jurídico e classificação dos crimes .....	311

Elemento subjetivo do tipo .....	312
Dos crimes em espécie.....	312
Fraude a credores.....	312
Bem jurídico tutelado .....	312
Sujeitos do crime .....	312
Conduta .....	313
Elemento subjetivo do tipo .....	313
Consumação.....	313
Aumento da pena .....	314
Contabilidade paralela e distribuição de lucros ou dividendos a sócios e acionistas até a aprovação do plano de recuperação judicial.....	315
Concurso de pessoas.....	315
Redução ou substituição da pena .....	315
Violação de sigilo empresarial.....	316
Bem jurídico tutelado .....	316
Sujeitos do crime .....	316
Núcleo do tipo .....	316
Consumação .....	317
Divulgação de informações falsas.....	317
Bem jurídico tutelado .....	317
Sujeitos do tipo .....	317
Conduta .....	318
Elemento subjetivo do tipo .....	318
Consumação .....	318
Indução a erro.....	318
Bem jurídico tutelado .....	319
Sujeitos do tipo .....	319
Conduta .....	319
Elemento subjetivo do tipo .....	319
Consumação.....	319
Favorecimento de credores.....	319
Bem jurídico tutelado .....	320
Sujeitos do tipo .....	320
Conduta .....	320
Elemento subjetivo do tipo .....	320
Consumação.....	320
Desvio, ocultação ou apropriação de bens .....	320
Bem jurídico tutelado .....	321
Sujeitos do tipo .....	321
Conduta .....	321
Elemento subjetivo do tipo .....	321
Consumação.....	321
Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens .....	322
Bem jurídico tutelado .....	322
Sujeitos do tipo .....	322
Conduta .....	322
Elemento normativo do tipo.....	322
Elemento subjetivo do tipo .....	323
Consumação.....	323
Habilitação ilegal de crédito .....	323
Bem jurídico tutelado .....	323
Sujeitos do tipo .....	324
Conduta .....	324
Elemento subjetivo do tipo .....	324
Consumação.....	324
Exercício ilegal de atividade .....	324
Bem jurídico tutelado .....	325
Sujeitos do tipo .....	325
Conduta .....	325
Elemento subjetivo do tipo .....	325
Consumação.....	325
Violação de impedimento .....	326

Bem jurídico tutelado .....	326
Sujeitos do crime .....	326
Conduta .....	327
Elemento subjetivo do tipo .....	327
Consumação.....	327
Omissão dos documentos contábeis obrigatórios .....	327
Bem jurídico tutelado .....	328
Sujeitos do tipo .....	328
Conduta .....	328
Elemento subjetivo do tipo .....	328
Consumação.....	328
Disposições comuns.....	329
Do procedimento penal.....	332
O acordo de não persecução penal nos crimes falimentares .....	335
Considerações finais .....	335
Referências.....	336
PATRIMÔNIO GENÉTICO – CRIMES DA LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	
<b>Eudes Quintino de Oliveira Júnior.....</b>	<b>339</b>
1 Estrutura organizacional da Lei nº 11.105/2005 .....	339
2 Patrimônio genético .....	340
3 Clonagem humana.....	342
4 Clonagem terapêutica e reprodutiva.....	346
5 Tipos penais previstos na lei de biossegurança .....	348
5.1 Clonagem humana .....	348
5.2 Artigo 24 da Lei de Biossegurança .....	350
5.3 Artigo 25 da Lei de Biossegurança .....	354
5.4 Artigo 27 da Lei de Biossegurança .....	357
5.5 Artigo 28 da Lei de Biossegurança .....	359
5.6 Artigo 29 da Lei de Biossegurança .....	361
COMENTÁRIOS À LEI MARIA DA PENHA – LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	
<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Maria Carvalho .....</b>	<b>363</b>
Introdução .....	363
1 Histórico da violência contra a mulher .....	365
2 Sistema jurídico de proteção da mulher vítima de violência.....	368
2.1 Comentários à Lei Maria da Penha.....	369
2.2 Inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95 e do ANPP (art. 28-A, CPP).....	376
3 Revitimização e despreparo das instâncias formais .....	384
SOBRE OS AUTORES.....	389